

Resistência campesina: uma análise do Projeto Mulheres da Caatinga em Igaci e Cacimbinhas, Alagoas, Brasil

Peasants resistance: na analysis of the Mulheres da Caatinga Project in Igaci e Cacimbinhas, Alagoas, Brasil

Ricardo Santos de Almeida

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Brasil
ricardo.almeida@igdema.ufal.br

Aparecida Mendonça Silva Germano

Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas, Brasil
mmccamponesa@hotmail.com

Maria Aparecida Vieira de Melo

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente Mediadora Presencial do polo UFPE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil
m_aparecida_v_melo@hotmail.com

Resumo

Evidenciaremos por meio deste estudo a superação da invisibilidade e a desvalorização da mulher camponesa a partir da experiência produtiva de 30 mulheres gerenciando um empreendimento gerador de renda e trabalho. Para tal, analisaremos o projeto Mulheres da Caatinga que contribui para o empoderamento político e organizacional da Cooperativa Cheiro da Terra associado a práticas educativas contributas neste processo. A pesquisa aqui evidenciada baseia-se em procedimentos qualitativos e traz à tona experiências de empoderamento político das mulheres camponesas participantes do Coletivo de Mulheres do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC Brasil) que validam por suas práticas de labuta no campo a práxis como eixo central da verdadeira elevação humana sobre sua própria essência.

Palavras-chave: Campesinato; Territorialidade; Questão agrária.

Abstract

Through this study, we will highlight the overcoming of invisibility and the devaluation of peasant women based on the productive experience of 30 women managing an enterprise that generates income and work. To this end, we will analyse the project Women of the Caatinga that contributes to the political and organisational empowerment of Cooperativa Cheiro da Terra associated with educational practices that contribute to this process. The research shown here is based on qualitative procedures. It brings to the fore experiences of political empowerment of peasant women participating in the Women's Collective of the Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC Brasil). They validate their praxis practices in the field as centres axis of actual human elevation over its very essence.

Keywords: Peasantry; Territoriality; Agrarian issue.

1. INTRODUÇÃO

O campesinato aqui analisado para além de uma classe social é reafirmado em seu processo de resistência reafirmada a partir da organização e gestão da produção agrária. Aqui, estarão problematizadas ações desenvolvidas por mulheres do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) estimuladas a partir de práticas alicerçadas na Economia Solidária que lhes gerou trabalho, renda, protagonismo político e social bem como educacional. Logo, ao evidenciarmos a função e o lugar das camponesas na sociedade brasileira destacaremos o processo de criação e recriação do campesinato no Brasil, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo.

A organização do trabalho do camponês e as constantes transformações dos lugares são decorrentes da inserção dos novos processos técnicos-científicos-informacionais fomentados tanto pelo Estado como pelo capital e que podem ser absorvidos ou não pelo camponês. Quando estes se permitem inserir nesta nova lógica reestruturam sistematicamente sua condição camponesa, ou seja, desde o modo como se dará a oferta de sua mão-de-obra a partir de sua especialização permitindo neste sentido, de modo incontinuo a territorialização de capitais no campo ao vender sua força de trabalho e ao mesmo tempo a coexistência das relações de produção não-capitalistas.

Os movimentos sociais de luta por acesso à terra possuem diversas conquistas ao longo dos anos e observa-se que o protagonismo feminino deve ser evidenciado considerando-se muitos dos saberes e práticas no que se refere ao modo como a lida no campo ocorre muitas das vezes advém das mulheres e se materializam no território camponês que

É composto de camponês/a das bases do MTC que produzem para subsistência e para comercializar o excedente, dominamos as técnicas alternativas e com base agroecológicas, convivemos com o meio ambiente e acima de tudo mantendo uma relação de cuidado com a terra. Para definimos nossos territórios espalhados pelo Brasil, consideramos a autonomia, a capacidade de defesa, as resistências, a organização, a luta e o respeito pelos princípios do MTC Brasil, como critérios de reconhecimento do território (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO, 2017, p. 12).

A partir desta definição, tem-se o território o camponês como *locus* da produção de variados gêneros alimentícios que podem ser vendidos *in natura* ou processados nas áreas rurais ou urbanas e que devem fugir a lógica da entrega da produção a atravessadores os colocando em situações desconfortáveis que podem colocar sua força de trabalho camponês sujeita às armadilhas e intemperes do capital ao longo de um processo produtivo. Para reduzir ainda mais essa possibilidade foi desenvolvido o projeto Mulheres da Caatinga que aqui será evidenciado. Este projeto surgiu da necessidade de as mulheres buscarem romper com a imagem construída histórica e socialmente como meras ajudantes dos homens na dimensão social-agrícola. Herrera (2015, p. 3) destaca que “a situação de opressão e subordinação da mulher no campo está relacionada com a

naturalização do papel do homem e da mulher, que está vinculada à relação hierárquica dentro das famílias rurais, cuja base material se ancora na divisão sexual do trabalho”. Nota-se, portanto, que é a partir do desenvolvimento do projeto aqui analisado que as camponesas envolvidas conseguiram não apenas sair de casa, mas ao sair se envolveram em processos educativos que se entrelaçam à formação política e ao desenvolvimento de economias justas e solidárias dando-lhes mais participação na sociedade reafirmando o significado prático do uso do território que impõe o movimento sobre o mesmo território camponês pautados nos preceitos do movimento, pois nele os

Povos do campo que lutam contra a opressão e o agronegócio no campo e defende um projeto de sociedade que valorize os princípios da agroecologia produzindo alimentos saudáveis e lutando em defesa dos recursos naturais. As características de uma comunidade considerada território camponês é uma comunidade de trabalhadores e trabalhadoras que lutam e defende uma agricultura que respeite e valorize os princípios da agroecologia, que tenham coletividade, moradia digna, igualdade social e luta para melhor qualidade de vida no campo. O elemento importante de um território camponês é: sair do comodismo, fazer um trabalho de base com diálogo voltado especificamente para um modelo de agroecologia, mostrando caminhos para construir uma agricultura camponesa capaz de garantir vida digna no campo; é também ter espírito de luta, compromisso, solidariedade, mas também rebeldia contra qualquer injustiça para que todos se organizem cada vez mais como classe trabalhadora para continuar a permanência das pessoas no campo (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO, 2017, p. 12).

De acordo com Neves e Medeiros citado por Herera (2013, p. 209-210) “as atividades das mulheres rurais não estão apenas circunscritas aos trabalhos domésticos, realizam atividades nas lavouras e na produção de alimentos, e que não são reconhecidas como parte produtiva da agricultura”. Na luta pelo reconhecimento enquanto cidadãs e produtoras de saberes e sabores as mulheres das comunidades dos municípios Igaci e Cacimbinhas, em Alagoas, resolveram propor uma ação de geração de renda em que consistiu também em uma formação educacional alicerce necessário à garantia do sucesso em suas atividades econômicas. Logo, através desta estratégia superou-se invisibilidade social e a falta de reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs. As práticas por si só demonstram que o empoderamento feminino frente a ofensiva ainda machista, que ainda existe com variações de movimento a movimento social, e tornam essas mulheres camponesas protagonistas da sua própria história.

A experiência analisada é importante, pois elucida a luta camponesa e a busca por alternativas econômicas sustentáveis e ao mesmo tempo tem proporcionado a profissionalização das mulheres do campo, inclusive das mulheres jovens. Nos dias atuais dentro das bases do MTC se observa uma melhor abordagem e valorização no que se refere à posição econômico-política das mulheres participantes do movimento. Para Faria (2009, p. 21) “embora ainda seja alarmante o número de mulheres que em nosso país trabalha sem auferir de renda, e nesse universo há uma porcentagem de trabalhadoras domésticas de origem rural, em particular jovens, que trabalham

apenas em troca de casa e/ou comida”. Logo, o movimento ao incentivar práticas laborais às mulheres lhes permite o protagonismo de suas próprias vidas.

No que concerne a economia feminista Faria (2009, p. 02-03) a destaca como questionadora do “paradigma dominante e sua abordagem androcêntrica e contribui para dar visibilidade ao aporte econômico das mulheres”. Deste modo, nota-se que a economia feminista e as agendas de luta fazem parte do contexto das camponesas participantes do projeto analisado no meio rural alagoano. Inseridas dentro de uma realidade onde a economia dominante desconsidera e inviabilizam as economias das mulheres, o MTC vem mostrar que é possível fazer o inverso visibilizando e reafirmando que as mulheres camponesas têm um alto potencial de organização, gerenciamento e excepcionais resultados nas atividades de geração de renda.

2. O MOVIMENTO SOCIAL E A SUA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo (MTC) atua em diversos estados brasileiros, tais como a Paraíba, o Ceará, Minas Gerais, Pernambuco. Em Alagoas é ativo em diversos municípios e aqui destacaremos a experiência de mulheres oriundas de dois municípios vizinhos: Igaci e Cacimbinhas na mesorregião do Agreste Alagoano (ver figura 1). Para o MTC (2014) o movimento é autônomo, de massa, de classe camponesa, de luta permanente, surgiu de vários acúmulos de formação e de lutas, composto por camponeses e camponesas que lutam pela permanência no campo.

A organização do MTC se dá a partir da mobilização de diversos grupos familiares que se propõem a produzir alimentos saudáveis para o autoconsumo e são trazem consigo diversas bandeiras de lutas entre elas: a educação, a produção, a organização e a comercialização da produção agrícola.

A base do MTC é a diversidade do campo, somos um movimento de classe camponesa composto por homens e mulheres, filhos e filhas da mãe terra, por isso, todo sujeito que tiver uma relação com meios de produção fundamental para vida dos seres humanos: terra, água, florestas com toda biodiversidade, poderá ser membro do movimento. Sua missão é lutar pela emancipação dos camponeses e camponesas de qualquer forma de exploração e opressão, sendo concretizado através da organização, lutas e resistências. Defendemos uma sociedade que valorize as diversidades, as relações sociais e de gênero e um projeto popular de agricultura camponesa. (MTC-BRASIL, 2018).

O MTC surge em Alagoas a partir do ano de 2010 decorrente do envolvimento de diversos segmentos sociais envolvidos em atividades de luta por acesso à terra e permanência além de formações cuja missão “é lutar pela emancipação dos camponeses e camponesas de qualquer forma de exploração e opressão, através da organização, lutas e resistências. Defendemos uma sociedade que valorize as diversidades, as relações sociais e de gênero e um projeto popular de agricultura

camponesa” (MTC, 2017, p. 21). Consubstanciados a partir destes preceitos, um grupo de duzentos camponeses(as) mobilizados organizaram-se em assembleia na Associação dos Moradores das Microrregiões do Estado de Alagoas (AMIGREAL), no município Barra de São Miguel. Este grupo era composto por lideranças históricas, políticas, religiosas e de outros movimentos sociais cujo objetivo era contribuir na construção de um momento novo para a história o campesinato no Brasil.

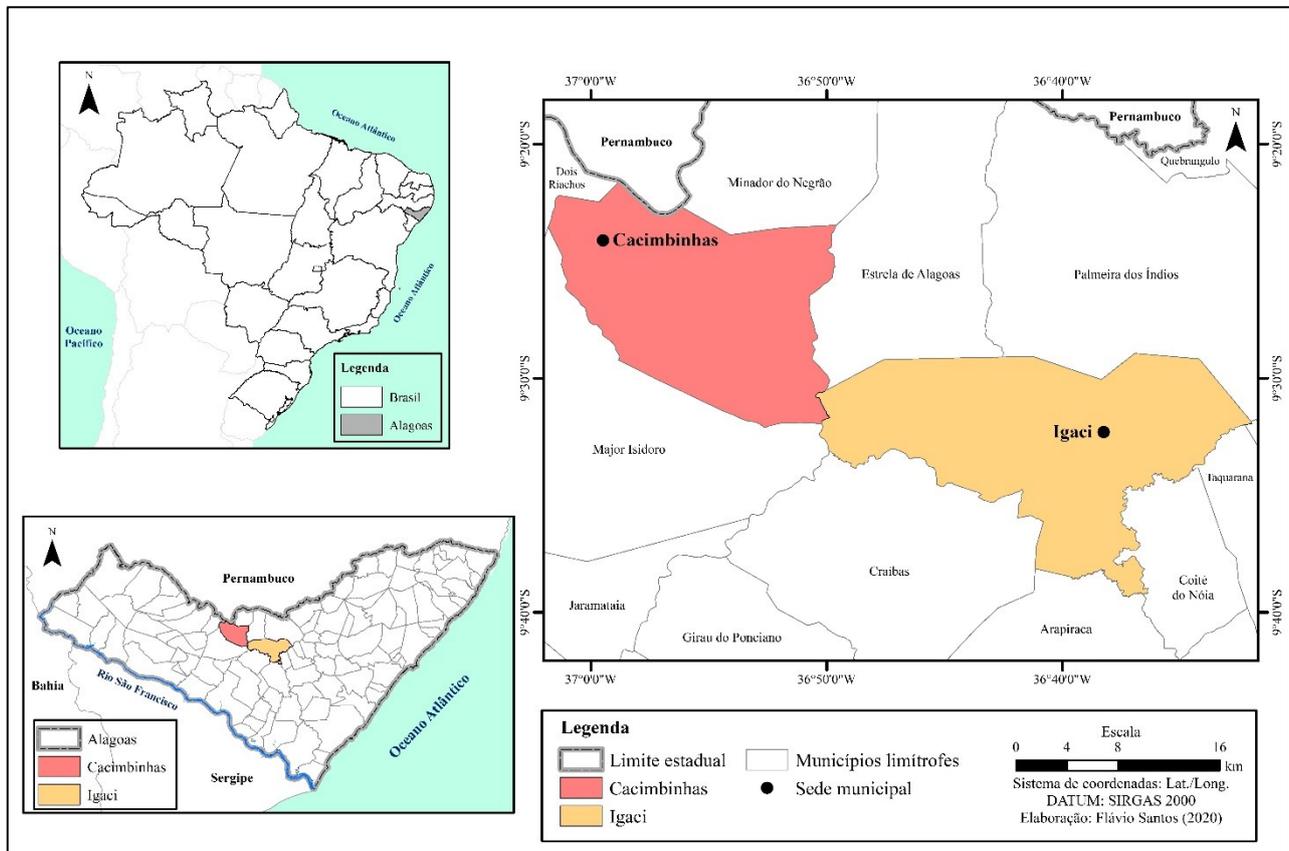


Figura 1 - Municípios em que o MTC foi estudado nesta pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

3. AS CAMPONESAS DO PROJETO MULHERES DA CAATINGA

As trinta mulheres envolvidas no projeto são da mesorregião Agreste de Alagoas, dos municípios de Igaci e Cacimbinhas desenvolvem atividades agrícolas dentro de suas propriedades.

A adesão ao projeto decorreu da necessidade de formação continuada e oportunidade de ocupação de geração de renda. No contexto geral, a sociedade só enxerga as atividades das mulheres caso estas sejam remuneradas, porém este grupo de mulheres sabe da importância da divisão do trabalho dentro da propriedade fazendo com estas tenham tempo livre para desenvolverem atividades econômicas.

Outra situação relevante para o envolvimento das mulheres é o suporte técnico dado pelo MTC e próprio potencial de produtos cultivados em suas propriedades, por se localizar na região do agreste com condições climáticas favoráveis chovendo em torno de oitocentos milímetros por ano.

Do plantio destes municípios destaca-se o feijão, milho, mandioca, fava, feijão-de-corda, frutas (pinha, manga, caju), além da agropecuária como criação de galinhas, suínos, ovinos, caprinos e bovinos em menor escala, tendo aptidão para apicultura devido as áreas de fruteiras e pequenas áreas da mata atlântica da própria caatinga.

4. VISIBILIZANDO AS MULHERES CAMPONESAS

As mulheres historicamente foram excluídas de processos de produção e de geração de renda, no campo foram responsáveis pelas atividades domésticas e por atividades agrícolas, porém os recursos financeiros oriundos da agropecuária ficavam nas mãos dos homens. Ao longo dos anos principalmente na década de 1970 surgem grandes movimentos sociais, assim também emergem a atuação das mulheres no campo das lutas que resultaram direitos para estas que eram vistas como domésticas donas do lar.

Na luta pela superação da desigualdade econômica as mulheres do campo, buscaram-se organizar e lutar, assim se consolidou muitos movimentos feministas, associações, cooperativas e iniciativas não formais de resistência feminina.

Na perspectiva feminista, o empoderamento de mulheres é entendido como o processo de autonomia, da autodeterminação, libertação das mulheres e das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. O objetivo maior de ações voltadas para o empoderamento das mulheres é propiciar as condições para que elas possam “questionar, desestabilizar e se organizar com vistas à erradicação da ordem patriarcal vigente” (SARDENBERG, 2009, p. 19).

Quando se trata de fortalecer o território camponês as mulheres tem desenvolvido várias experiências exitosas na área econômica e tem dado respostas com alternativas sustentáveis de desenvolvimento, e segundo a Organização das Nações Unidas (2016, p. 4) “empoderar as mulheres para que participem integralmente de todos os setores da economia e em todos os níveis de atividade econômica é essencial”. Concordando pode-se afirmar que as contribuições das mulheres têm possibilitando a construção de economias fortes; sociedades mais justas e tem melhorado a qualidade de vida para as mulheres, homens, famílias e comunidades.

Suas experiências têm impulsionado objetivos de desenvolvimento sustentáveis, melhorando as comunidades rurais, porém é preciso visibilizar estas ações, pois mesmo sabendo do potencial das mulheres camponesas, ainda temos uma sociedade que invisibiliza o trabalho da mulher do campo. Para a Sempre Viva Organização Feminina (2016, p. 6) “a contribuição econômica das mulheres do campo muitas vezes se oculta em relações que não necessariamente passam pelo dinheiro, como autoconsumo, trocas e doações daquilo que elas produzem”. Pode-se ainda afirmar que existem duas situações uma é a capacidade de produção, organização e

comercialização das mulheres e outra é a forma a qual ela se relaciona no campo, ou seja, esta retira do próprio quintal quase toda a alimentação da família. Logo, a Sof (2016, p. 07) recomenda que as práticas camponesas devem se permear por “intercambiar com as vizinhas hortaliças por ovos, produzir plantas medicinais que substituem medicamentos, que são atividades corriqueiras das mulheres rurais, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta”.

Dar visibilidade as ações das mulheres do campo é de fundamental importância, pois serve de elementos de resistência e busca pela autonomia feminista, visto que esta acontece pela luta e pela ação prática, nesta perspectiva se apresenta aqui a vivenciada pelos grupos de base do MTC Brasil, que teve o apoio financeiro do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) que teve o intuito de apoiar o projeto mulheres da caatinga, estas de base comunitárias que desenvolviam ações voltadas para o uso sustentável da biodiversidade, que tem como coordenação o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN).

A metodologia desenvolvida para o projeto Mulheres Camponesas parte da perspectiva da construção de uma rede de coparticipação com os grupos de mulheres envolvidos, a cooperação entre as mulheres e os processos de lutas e de formação política fica evidenciado nas ações desenvolvidas no projeto.

O projeto de fortalecimento da organização produtiva das mulheres da caatinga visa potencializar a produção e a comercialização de produtos derivados da agricultura camponesa e extrativismo do bioma caatinga, baseados em princípios de valorização do trabalho das mulheres, integrado aos processos de formação política, produção e comercialização. Segundo o MTC (2018, p. 31) para “romper a invisibilidade às mulheres começaram a se organizar, pautando seu reconhecimento como trabalhadoras, pela sua documentação, participação política e pelos processos de geração de renda”. Segundo o MTC (2018, p. 33)

Fica evidenciado que as mulheres se fortalecem quando estão unidas, apoiando uma nas outras. [...] as mulheres são fundamentais para a criação e manutenção dos bancos de sementes e as farmácias vivas, assim deve existir formação constante sobre feminismo, criação de grupos produtivos, buscando construir resistência, valorização e reconhecimento do trabalho feminino.

Assim, para execução das ações do projeto as mulheres agruparam este em etapas: a primeira etapa tratou de firmar parceiras com colaboradoras técnicas que ajudassem a desenvolver as ações operativas, segunda etapa acontece à articulação, mobilização e formação das mulheres inclusas no projeto, por entender que os processos de empoderamento político e econômico das mulheres estavam ligados aos processos de formação, o MTC buscou se qualificar e com seus acúmulos em formação de lideranças, propôs um método que segundo (MTC, 2014) “o método camponês de ensinar e aprender vem com intuito de construir a escola que os camponeses precisam,

com fundamento de suas práticas pedagógicas em Paulo Freire, onde sua inspiração e sabedoria partem de uma educação libertadora”.

As atividades realizadas na formação para mulheres destacam-se seminários (ver figuras 2 e 3) sobre rede de produção e comercialização com temas como organização em rede, políticas públicas para mulheres, conceitos e apresentação de experiências de produção e comercialização, curso básico de cooperação, produção e comercialização da agricultura camponesa.



Figuras 2 e 3 - Realização de Seminários e Formação em temas voltados a economia feminina.
Fonte: Acervo do MTC Brasil (2018).

Na terceira etapa do projeto as mulheres focam na organização da rede de produção, comercialização de âmbito regional e estudo da viabilidade de mercado. Nesta etapa, os grupos realizaram um seminário para construção da rede de produção e comercialização dos produtos da agricultura camponesa.

Apresentado e discutido o processo de organização e funcionamento da rede regional e de formas de acesso ao mercado, como se legalizar caminhando para formalização de uma cooperativa de produção, nesta fase as mulheres conseguiram formalizar a cooperativa, tendo como resultado trinta mulheres cooperadas com uma cota parte de 200,00 (duzentos reais), para Bueno (2018, p.3) “a visibilidade social e o reconhecimento feminino demonstram formas de organização coletiva, investimentos na profissionalização das mulheres”. Assim, em entrevistas as mulheres relatam a importância da profissionalização e dos processos de formação política. Para a camponesa 01 MQS: “O processo de formação da cooperativa foi uma forma de gerar renda pra nós, de aprender e de fazer luta, luta pelos direitos de nós mulheres”. Com a formalização da Cooperativa mista Cheiro da Terra (ver figura 4), as mulheres já conseguiram acessar os programas governamentais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-CONAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O MTC lançou sua marca de produtos da agricultura camponesa produtos chamados “Cheiro da Terra”. Segundo o (MTC, 2014) “[...] comercializa-se doces de leite, bolos, ovos, mel, queijo, galinha caipira e toda produção das comunidades camponesas”.



Figura 4. Logo marca dos produtos e da cooperativa: Cheiro da Terra.
Fonte: Acervo do MTC-Brasil (2018).

A legalização dos produtos (ver figura 5), para serem comercializados nas feiras e supermercados, possibilitou benefícios financeiros para as mesmas e para suas famílias em entrevistas sobre a viabilidade econômica, as trinta mulheres mensalmente conseguem uma renda de 400,00 (quatrocentos reais) livre, produzindo 100 kg mensais.

A construção de uma agroindústria comunitária de fabricação de panificados e derivados da caatinga com a aquisição de equipamentos e utensílios para os grupos produtivos foi possível com a aprovação de projetos, nesta quarta fase foram firmadas parceiras importantes como Fundo Nacional de Solidariedade, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

A agroindústria comunitária (ver figura 6) foi construída na comunidade Nova América no município de Igaci/AL, e servirá como experiência modelo de uma ação consolidada para implantação de outras experiências em outros municípios como Cacimbinhas/AL.

Para Sof (2016, p. 04) é preciso “dar visibilidade ao papel fundamental que as mulheres têm na agricultura familiar, responsável por boa parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, como 87% da mandioca e 70% do feijão”. Neste estudo específico, do caso alagoano, como mostra a figura 7 sobre as 30 mulheres que estão envolvidas nas atividades agrícolas 90% (27 mulheres) têm a agroecologia como princípio na produção de alimentos saudáveis e diversificados, sem utilizar agrotóxicos, conservando as sementes, cultivando plantas medicinais, contribuindo para o fortalecimento da biodiversidade.



Figura 5 - Produção Inicial de panificados e doces.

Fonte: Acervo da pesquisa (2018).



Figura 6 - Agroindústria de Alimentos no Sítio Nova América, Igaci/Alagoas.

Fonte: Acervo da pesquisa (2018).

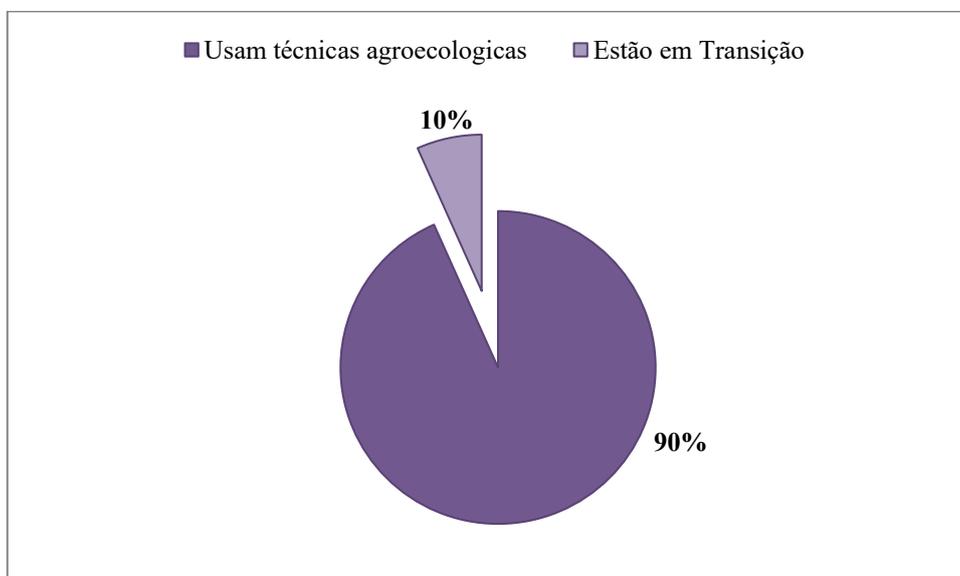


Figura 7 - Forma de produção das Mulheres envolvidas no Projeto.

Fonte: Sistematização da pesquisa (2019).

Apesar das mulheres mostrarem um potencial produtivo significativo e com experiências sustentáveis ainda segundo a Sof (2016, p. 4) “existe uma desigualdade entre homens e mulheres no acesso aos mercados institucionais, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer a importância econômica do autoconsumo, da doação e da troca”. Para além desta importância tem também a contribuição feminina com o trabalho da casa, das pessoas e da natureza – atividades desvalorizadas em nossa sociedade capitalista e patriarcal.

Esta experiência do projeto Mulheres da Caatinga vem evidenciar o potencial produtivo e econômico que as mulheres tem sido uma forma alternativa de geração de renda familiar, além do debate de inclusão produtiva destas mulheres de suas comunidades.

Em depoimento a camponesa 02 VSM afirma que “o projeto e o resultado dele tem transformado minha vida, saio de casa, estudo e tenho uma renda, sei que com o funcionamento da agroindústria vamos produzir mais e ganhar mais dinheiro, melhorando nossa vida”. É notório que o projeto tem transformado a vida das mulheres envolvidas, uma mudança que vai além da geração de renda, diz respeito à autonomia feminina, a valorização do seu trabalho que era desvalorizado e que ganha visibilidade. Em depoimento a camponesa (RPS 03):

Estou mais feliz, ganho uma renda, estou na feira com vários produtos, vejo minhas amigas, uso o dinheiro para as minhas necessidades e de meus filhos, a cooperativa vai gerar bons frutos e isso foi o movimento que nos possibilitou através de nossas lutas enquanto mulher camponesa.

Tratar dos resultados do projeto Mulheres da caatinga (ver figuras 8 e 9), remete-nos ainda a uma reflexão, assim o primeiro resultado importante é o reconhecimento e a quebra de paradigma de uma sociedade patriarcal.

Segundo Marcone (2009, p. 26)

As mulheres constituem também a maioria da força de trabalho utilizada na agricultura, produzindo a maioria dos recursos alimentares consumidos nos países em desenvolvimento e nas economias de transição, e representam os principais agentes da segurança alimentar, do bem-estar familiar e das comunidades locais. No entanto, possuem menos de 2% das terras cultiváveis, recebem somente 1/3 da renda mundial e dificilmente são consideradas pelas estatísticas oficiais nacionais acesso à instrução e, portanto, às posições de trabalho de alto perfil em relação a homens.

Concordando com o autor apesar das mulheres executarem muitas atividades agrícolas, serem responsáveis pelos cuidados da família, ainda são desvalorizadas, em entrevistas fica evidente que as ações que geram processos de formação e renda são importantes para a vida das mulheres, ações essas que servem para gerar diversos processos de autonomia feminina.



Figuras 8 e 9 - Processos de Formação política e de produção e economia solidária.

Fonte: Acervo do MTC – Brasil (2018).

Outro resultado notório é a consolidação da Cooperativa Cheiro da Terra que estar em fase de desenvolvimento, a consolidação de feiras livres coordenadas pelas mulheres do movimento, e principalmente o fortalecimento e autonomia do território camponês, reafirmando que as mulheres do campo apesar das limitações de uma sociedade patriarcal e capitalista estas tem sido protagonistas de processos de geração de trabalho e renda.

O acesso as políticas de crédito ainda é desafiador para o grupo de mulheres da caatinga, porém em sua maioria acessam a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF-Mulher), mas em entrevista como relata a camponesa 03 JFS afirma que “o PRONAF ainda é muito cheio de regra de papel e temos que levar muitos documentos do esposo, parece mais o PRONAF homem do que para nós, com a cooperativa e o fundo nacional do MTC vamos ter melhor condições de acesso ao crédito”.

Aqui se destaca o fundo nacional de permanência na Terra, fundo proposto pelo MTC Brasil tem a finalidade de facilitar as relações de crédito para as atividades do campo de seus militantes.

O Fundo Nacional de Permanência na terra – FUNPET é uma iniciativa de fomento, de apoio a pequenos projetos e empreendimentos solidários. Tem como missão promover o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades acompanhadas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras e do Campo – MTC e seus parceiros (MTC Brasil, 2018).

Assim, o fundo se constitui numa experiência importante no crescimento das atividades empreendedoras das mulheres que desenvolvem o projeto, assim com capacitações, organização e credito estão de forma efetiva conseguindo avançar na experiência produtiva na fabricação de bolos doce de leite, bolos (mandioca, milho e farinha de trigo), queijo, e da produção agrícola galinha caipira, ovos, mel, verduras, legumes e sementes crioulas.

Os espaços de comercialização como as feiras livres têm gerando resultados positivos, criando uma relação de confiança com o cliente, segundo a camponesa 04 GPS “a feira é um ponto

seguro, vendemos tudo que produzimos, além dos bolos que gera 400,00, temos ainda um extra com a feira, e é bom lá é alegre, conversamos, dançamos, e fazemos amizades”.

As feiras no Nordeste se constituem como um espaço de troca venda e cultura, um retalho de modos de vida, assim as mulheres da caatinga entendem que é preciso acessar os programas institucionais do governo brasileiro, mas que é preciso valorizar sua cultura e o espaço da feira é carregado de emoções como relata à camponesa 05 PSP “fico esperando o dia da feira, um espaço vivo cheio de prosas e de venda, o recurso financeiro é bom porque nós dar autonomia”.

A estratégia de desenvolvimento do projeto mulheres da caatinga tem três pilares importantes dando condições efetivas para que as mulheres sejam protagonistas da sua história, a) formação para militantes numa dimensão política de entendimento sobre questões de gênero e luta de classe, com cursos de profissionalização proposto pelas próprias mulheres, b) vão para a luta, ou seja, estão realizando enfrentamento e controle social das políticas existentes para as mulheres, c) numa experiência única de produzir e beneficiar seus produtos consegue comercializá-los em espaços informais e formais, fechando o ciclo da produção, gerando empoderamento feminino. Assim, baseada na prática da agricultura camponesa que exige a “mudança da agricultura química convencional, para a agroecológica” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 11) que é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis que as mulheres têm mudando a realidade de suas comunidades, com um novo olhar sobre o meio ambiente.

Levando à mudança de hábitos, costumes alimentares, posturas de trabalho e principalmente de relações com as pessoas e com a própria natureza e com este principiam de produção que as mulheres envolvidas no projeto têm desenvolvido muitas atividades, resultando em economia justa e solidária, autonomia e empoderamento feminino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que as mulheres do campo tem realizado muitas tarefas na agricultura, muitas destas tarefas sem reconhecimento, mas ao longo da história como as mulheres urbanas as rurais conseguem muitas conquistas e uma delas é a capacidade de promover processos de formação e organização econômica.

Com experiências sustentáveis têm ganhado espaços importantes e conseguido operacionalizar políticas para o campo das mulheres, mas ainda existe muita desigualdade entre homens e mulheres principalmente quando se trata do mercado institucional, mas fica evidente que

o projeto mulheres da caatinga é um passo importante na superação das mulheres e que estar promovendo frutos significativos como a profissionalização em produção e comercialização.

Suas experiências têm impulsionado objetivos de desenvolvimento sustentáveis, melhorando as comunidades rurais, porém é preciso visibilizar estas ações, pois mesmo sabendo do potencial das mulheres camponesas, ainda temos uma sociedade que invisibiliza o trabalho da mulher do campo.

Assim foi possível verificar como as ações do projeto resultam positivamente no empoderamento político destas mulheres, para tratar dos dados empíricos foi necessária à busca de referenciais teóricos para o apoio científico, fazendo assim uma práxis do vivido em campo, o artigo trás o contexto do MTC Brasil e uma análise do Projeto Mulheres da Caatinga.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural Sustentável: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. 166 p.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

HERRERA, K. M. O papel das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In.: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 39., 2013, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2013. p. 1-30.

HERRERA, K. M. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, Florianópolis. v. 15. Edição Especial, p. 208-233, 2016.

MARCONE, S. **Gênero e igualdade: estratégia e desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo**. Relatório final I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo. Brasília, 2009. p. 23-38.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO. **O que é o MTC?** Disponível em: <<https://mtcbrasil.org.br/pt/o-que-e-o-mtc/>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO. **Programa agrário de desenvolvimento dos territórios camponês do MTC. 1.** ed. Igaci: MTC, 2017. 103p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO. **Método Camponês**. Disponível em: <<https://mtcbrasil.org.br/pt/educacao/metodo-campones/metodo-campones-de-ensinar-e-aprender/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. 1. ed. Niterói: Alternativa, 2013. 431p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios de empoderamento das mulheres.** Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_ONU>. Acesso em: 15 mai. de 2019.

SARDENBERG, C. M. B. Liberal vs Liberating Empowerment: a latin american feminist perspective on conceptualising women's empowerment. **IDS Bulletin (Brighton. 1984)**, v. 39, p. 18-27, 2008.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Mulheres do campo construindo autonomia.** Experiências de comercialização. 1. ed. São Paulo: Sof, 2016. 38p.